

**GRAN**  
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

# Pós-Graduação em **Direito** **Constitucional**





# Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino? .....	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica .....	5
Direito Constitucional .....	6
Destaques do curso.....	6
Público-Alvo .....	7
Duração do curso .....	7
Matriz curricular .....	8
Conteúdo programático .....	10
FAQ do curso .....	17
Diferenciais tecnológicos .....	18
Ingresso .....	19

# POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.



# CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD  
compostos por três  
módulos, liberados  
progressivamente a cada  
60 dias.

Avaliação feita por disciplina  
no sistema de provas da Gran  
Faculdade, com sistema de notas  
em valores numéricos, numa escala  
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,  
considerando-se aprovado aquele  
que alcançar a nota mínima de 70  
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,  
com videoaulas, aulas  
interativas ao vivo, *slides* e  
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso  
opcional, conforme Resolução CNE/  
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



# COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



**Profª. Geilza Diniz**  
Coordenadora

Doutora em Direito pelo Uniceub (2014) e Mestra em Direito Público pela UFPE (2002). Juíza de Direito do TJDF-T desde 2003, tendo sido aprovada em 1º lugar no concurso e com a maior média final da história do Tribunal. Autora de diversos livros e artigos jurídicos. Professora de Processo Penal e Técnica de Sentença Criminal e Professora universitária (UFRR e Uniceub).

# DIREITO CONSTITUCIONAL



Este curso propõe um modelo pedagógico genuíno, baseado na preparação do profissional para atuar no âmbito público ou privado, por meio da atuação como membro dos Poderes da República, como servidor público nas mais diferentes áreas, bem assim na advocacia pública ou privada. Foi adotada a premissa de capacitar o profissional para transitar com habilidade e segurança em sua atuação, inclusive no que tange ao cenário de incertezas jurídicas e políticas, além das velozes mudanças no âmbito dos Tribunais. O conteúdo das disciplinas é pautado na interdisciplinaridade e na interconexão de temas em cada uma das áreas do Direito, preparando o aluno para os desafios vivenciados com as modificações recentes na legislação e na multiplicidade de decisões judiciais impactantes, oriundas especialmente do STF e do STJ.

## DESTAQUES DO CURSO

Capacitar membros de Poder, servidores públicos e candidatos ao serviço público, além de advogados e profissionais de empresas privadas que busquem se aperfeiçoar na área do direito constitucional;

Habilitar profissionais graduados, tecnólogos e licenciados em diferentes áreas em conhecimentos teóricos e práticos para a melhor compreensão dos meandros do Direito Constitucional;

Incentivar os cidadãos em geral, que tenham curiosidade em entender os rumos político-jurídicos da Nação, compreendendo o papel de cada um dos Poderes, podendo, a partir daí, formar a opinião própria e de terceiros de modo adequado e com a isenção desejada;

Capacitar o estudante para interpretar, aplicar e buscar solução para conflitos com base nos preceitos teóricos da disciplina.



## PÚBLICO-ALVO

Profissionais da área do Direito e bacharéis, licenciados e tecnólogos de outras áreas do conhecimento, que tenham interesse em adquirir conhecimentos e habilidades que frequentemente têm sido requeridas pela Administração Pública

## DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito Constitucional tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

# MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Teoria da Constituição e Hermenêutica Constitucional	15 h
02	Teoria Geral do Processo Constitucional e Ações Constitucionais Coletivas	20 h
03	Teoria Geral do Processo Constitucional e Ações Constitucionais Coletivas II	30 h
04	Direito Administrativo	37 h
05	Direitos e Garantias Fundamentais	8 h
06	Seguridade Social	36 h
07	Direito Individual do Trabalho I	7 h
08	Direito Processual do Trabalho – Procedimento Comum	20 h
09	Direitos Humanos	20 h
10	Princípios Fundamentais e Organização do Estado Brasileiro	11 h
11	Organização dos Poderes	32 h
12	Direito Constitucional Econômico	10 h
13	Direito Constitucional da Saúde	15 h
14	Controle de Constitucionalidade e Jurisdição Constitucional	25 h
15	Direito Tributário	36 h



16	Processo Legislativo Orçamentário	12 h
17	Direito Constitucional Ambiental	23 h
18	Processo Legislativo	15 h
19	Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos	11 h
20	Tutela Constitucional da Educação e das Famílias	5 h
21	Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	2 h
<b>TOTAL DAS DISCIPLINAS</b>		<b>390h/a</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)</b>		<b>40 h/a</b>
<b>TOTAL DO CURSO</b>		<b>430h/a</b>

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	<p>Direito. Constitucional: objeto, natureza jurídica, fontes. Métodos de estudo: direito positivo, teoria geral e direito comparado. Constituição: conceito material, conceito formal, conceito moderno, conceito valorativo. Constituição ideal e real. Constituição no sentido político. Constituição no sentido sociológico. Constituição no sentido jurídico. Poder constituinte: originário, derivado e decorrente. Características. Aplicabilidade das normas constitucionais: validade, vigência e eficácia. Princípios e regras (Ronald Dworkin e Robert Alexy): Classificação Norte-Americana. Classificação de Azzaritti. Classificação de Crisafulli. Classificação de Ruy Barbosa. Classificação de Luís Roberto Barroso. Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Brito. Classificação de Maria Helena Diniz. Classificação de José Afonso da Silva. Normas constitucionais de eficácia exaurida. Poder constituinte reformador: conceito. Abrangência. Mutações constitucionais. Processos formais: emendas à constituição, emendas de revisão, tratados internacionais acerca de direitos humanos. Inconstitucionalidades, inconveniências e ilegalidades. Tipologia constitucional: quanto à forma. Quanto ao modo de elaboração. Quanto à origem. Quanto ao conteúdo. Quanto à estabilidade. Quanto à finalidade. Quanto à extensão. Quanto à correspondência com a realidade. Quanto à ideologia. Quanto à sistematicidade. Classificação da Constituição de 1988. Princípios de hermenêutica constitucional: princípio da supremacia da Constituição. Princípio da unidade da Constituição. Princípio das bases principiológicas. Princípio da máxima efetividade. Princípio da concordância prática ou da harmonização. Princípio do efeito integrador. Princípio da força normativa da Constituição. Princípio do conteúdo implícito dos dispositivos constitucionais. Princípio da conformidade funcional. Princípio da imperatividade dos dispositivos constitucionais. Princípio do sentido usual das normas constitucionais. Princípio da simetria constitucional. Princípio da presunção da constitucionalidade. Estudo de casos concretos com a aplicação de cada um dos referidos princípios pelo supremo tribunal federal. Métodos específicos de interpretação constitucional: método interpretativo da concretização. Método integrativo ou científico-espiritual. Método de interpretação conforme a constituição. Direito constitucional. Comparado: Constituição de 1824. Constituição de 1891. Constituição de 1934. Constituição de 1937. Constituição de 1946, Constituição de 1967. Constituição de 1969. Constituição de 1988. Aplicabilidade das normas constitucionais no tempo: constituição nova, constituição anterior e legislação infraconstitucional. Constituição nova versus constituição anterior. Constituição Nova versus Legislação Ordinária Anterior. Constituição Nova versus Legislação Infraconstitucional Superveniente. Teoria da Revogação. Teoria da Recepção. Teoria da Repristinação. Teoria da Desconstitucionalização. Constitucionalismo e Neoconstitucionalismo: Origem no Direito Comparado. Processo de Judicialização da Política. Constitucionalismo Brasileiro da Efetividade. Pós-Positivismo Constitucional. Neoconstitucionalismo e Ativismo Judicial. Os Perigos da Panconstitucionalização.</p>

<p><b>TEORIA GERAL DO PROCESSO CONSTITUCIONAL E AÇÕES CONSTITUCIONAIS COLETIVAS</b></p>	<p>Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo Constitucional. Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Normas Fundamentais Processuais. Conceitos. Principiologia do Direito Processual Constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística Recursal Constitucional: Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais. A Tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro. Fundamentos e Princípios Constitucionais do Processo Coletivo. Ações Constitucionais Coletivas Típicas: Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais.</p>
<p><b>TEORIA GERAL DO PROCESSO CONSTITUCIONAL E AÇÕES CONSTITUCIONAIS COLETIVAS II</b></p>	<p>Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo Constitucional. Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Normas Fundamentais Processuais. Conceitos. Principiologia do Direito Processual Constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística Recursal Constitucional: Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais. A Tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro. Fundamentos e Princípios Constitucionais do Processo Coletivo. Ações Constitucionais Coletivas Típicas: Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais.</p>
<p><b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b></p>	<p>Introdução ao direito administrativo. Sistemas administrativos. Administração pública. Administração pública no sentido subjetivo/ orgânico/formal. Administração pública no sentido material/objetivo/ funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos. Princípios implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa (concentração e desconcentração. Centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Conceito. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. Poderes administrativos. Deveres do administrador. Abuso de poder. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder normativo (poder regulamentar). Poder discricionário e poder vinculado. Poder de polícia. Agentes públicos. classificação. Tipos de vínculo – função, emprego, cargo. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos. Processo administrativo disciplinar. Intervenção do estado na propriedade. Intervenção restritiva: servidão. Requisição. Ocupação temporária. Limitações administrativas. Tombamento. Intervenção supressiva: desapropriação. Bens públicos. Classificação dos bens públicos. Espécies de bens públicos. Características dos bens públicos. Tipos de uso de bens públicos. Serviços públicos. Titularidade e forma de prestação. Conceito de serviço público. Responsabilidade das concessionárias de serviço público. Princípios do serviço público. Concessão e permissão de serviços públicos. Lei n. 11.107/2005. Processo Administrativo. Lei n. 9.784/1999. Responsabilidade civil do estado. Evolução histórica da responsabilidade estatal. Pressupostos da responsabilidade do estado. Tipos de responsabilidade. Fatores de exclusão. Responsabilidade por ato judicial. Responsabilidade por atos legislativos. Ação regressiva. Prescrição.</p>

<b>DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS</b>	Evolução histórica dos Direitos Fundamentais no Brasil e no Mundo. A interface entre História, Direito e Política. Direito objetivo e subjetivo. Binômio de Janus. Eficácia vertical, horizontal e transversal dos direitos fundamentais. Aplicação direta e indireta dos direitos fundamentais. Repercussão dos direitos fundamentais nas relações privadas. Constitucionalização do Direito Civil. Teoria dos quatro status de Jellinek. Características dos direitos fundamentais. Extensão de direitos fundamentais a pessoas jurídicas, estrangeiros, apátridas e a animais. Tratamento constitucional dado aos Direitos e Garantias Fundamentais à luz da jurisprudência do STF e do STJ. Estado de Coisas Inconstitucional. Tratados internacionais sobre direitos humanos e sua posição no ordenamento constitucional brasileiro.
<b>SEGURIDADE SOCIAL</b>	Evolução histórica da Proteção Social. A Seguridade Social na Constituição Federal de 1988. Princípios constitucionais. Estrutura e Organização da Seguridade Social: Saúde. Assistência Social e Previdência Social. Sistema previdenciário brasileiro (RGPS, RPPS e RPC). RGPS. Prestações sociais. RPPS. Custeio e benefícios. Previdência Complementar.
<b>DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO I</b>	Direito do trabalho. Fontes. Hierarquia. Princípios. Direito do Trabalho na Constituição Federal.
<b>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO – PROCEDIMENTO COMUM</b>	Princípios do Direito Processual. Princípios Constitucionais. Princípios do Processo Civil e do Processo do Trabalho. Competência e Jurisdição. Petição Inicial e Resposta do Réu. Audiência e Provas. Sentença, Coisa Julgada e Embargos Declaratórios. Teoria Geral dos Recursos e Recurso Ordinário. Recurso de Revista, Agravo de Instrumento, Embargos para SDI, Agravo Regimental. Ação Rescisória e Ação Anulatória na Justiça do Trabalho. Execução: Parte Geral e Liquidação. Execução, Embargos à Execução, Agravo de Petição, Hasta Pública. Execução de Contribuições Sociais na Justiça do Trabalho. Embargos à Execução, Agravo de Petição, Hasta Pública. Tutelas de Urgência no Processo do Trabalho.
<b>DIREITOS HUMANOS</b>	Aspectos históricos dos Direitos Humanos. Fundamentação Religiosa, filosófica e científica dos Direitos Humanos. Dignidade Humana e vulnerabilidade. Fontes dos Direitos Humanos. Características e Dimensões dos Direitos Humanos. As Nações Unidas. As Declarações e os Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos. Responsabilidade internacional por violação aos Direitos Humanos. Sistemas de proteção aos Direitos Humanos. Direitos Humanos e o ordenamento jurídico brasileiro. A proteção aos diversos grupos vulneráveis. A proteção à cultura afro-brasileira e indígena na evolução dos Direitos Humanos. Órgãos de Direitos Humanos no Brasil. Questões e problemas atuais de aplicação dos Direitos Humanos. Direitos Humanos, Democracia e Cidadania. Educação e Cultura em Direitos Humanos.



**PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS  
E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO  
BRASILEIRO**

Princípios fundamentais: 1. Classificação das normas jurídicas: Classificação dual. Classificação tricotômica. 2. Definição de princípios. 3. Classificação de princípios. Doutrina alemã. Doutrina norte-americana. Doutrina brasileira. 4. Características dos princípios. 5. Funções dos princípios. 6. Princípios fundamentais da Constituição Federal. Princípio Republicano. Princípio Democrático. Princípio da Separação dos Poderes. Princípio Federativo. Princípios das Relações Internacionais. Fundamentos do Estado. Objetivos do Estado. 7. Aplicação desses princípios aos casos concretos. Análise de casos e precedentes judiciais. Organização do Estado brasileiro: 1. Formas de Estado. Classificação tricotômica das formas de estado. Classificações contemporâneas. Características e peculiaridades. 2. Princípio Federativo. Origem. Características essenciais à luz da CF/88. Classificação das federações e suas consequências práticas. Direito Comparado: EUA e Alemanha. Criação dos Entes Federativos. Denominação do federalismo pátrio. A autonomia dos entes federativos e a característica dos municípios. Princípios constitucionais relacionados ao federalismo: sensíveis, extensíveis e estabelecidos. 3. Repartição constitucional de competências federativas. Competências da União. Competências dos Estados. Competências dos Municípios. Competências do Distrito Federal. Competências comuns e concorrentes. Competências tributárias. Conflitos em matéria de competências. 4. Conflitos federativos diversos. 5. Intervenção Federal. 6. Intervenção Estadual. 7. Aplicação do conteúdo doutrinário e positivo aos casos concretos. Análise de casos e precedentes judiciais.

**ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

Poder Legislativo. Funções típicas e atípicas. Papel das Casas Legislativas. Controle Legislativo. Comissões Parlamentares de Inquérito. Imunidades Parlamentares. Tribunais de Contas. Sistema de Controle Interno. Papel do Legislativo no controle de Constitucionalidade. Poder executivo. Estudo dogmático do perfil constitucional do Poder Executivo federal, estadual, distrital e municipal. Presidente e Vice-Presidente da República. Governadores e Vice-Governadores. Prefeitos. Atribuições do Presidente da República. Responsabilidade do Presidente da República. Ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Poder Judiciário. Exigências para ingresso e promoção na carreira. Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Garantias, Vedações e Regras atinentes à perda do cargo. Autonomia Administrativa, Funcional e Orçamentária-Financeira. Precatórios. Tribunais. Organização e Competências Originárias e Recursais. Conselho Nacional de Justiça. Papel Constitucional e Atribuições. Funções essenciais à justiça. Estudo dogmático do perfil constitucional das Funções Essenciais à Justiça. Ministério Público da União e dos Estados. Advocacia Pública federal, estadual, distrital e municipal. Advocacia Privada. Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal.

**DIREITO  
CONSTITUCIONAL ECONÔMICO**

Teorias da regulação e as competências regulatórias. Construção do Estado Regulador no Brasil. Agências Reguladoras. Competências regulatórias e seus processos. Instrumentos regulatórios. Governança regulatória. Controle da regulação. Princípios constitucionais da ordem econômica. Bases constitucionais para a regulação e intervenção do Estado no domínio econômico. Regime jurídico das atividades econômicas (atividades econômicas em sentido estrito e serviços públicos). Papel do direito no desenvolvimento de políticas públicas.

<b>DIREITO CONSTITUCIONAL DA SAÚDE</b>	O direito à saúde na Constituição Federal. O direito à saúde como dever do Estado. A universalização dos serviços de saúde. Técnicas práticas de promoção do direito à saúde. A saúde e o mínimo existencial. Legislação aplicada ao Direito à saúde. A resistência estatal na promoção do direito à saúde (defesa estatal). O direito constitucional à saúde e o dever do Estado de fornecer medicamentos e tratamentos. A judicialização da saúde.
<b>CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL</b>	Teoria geral do controle de constitucionalidade. Antecedentes históricos. Supremacia formal e material da Constituição. Direito constitucional intertemporal. Evolução do controle de constitucionalidade no Brasil e no direito comparado. Espécies de inconstitucionalidade. Modelos e momentos de controle. Sistemas de controle judicial. Controle difuso. Cláusula de reserva de plenário. Papel do Senado Federal. O recurso extraordinário. A problemática envolvendo a ação civil pública. Controle concentrado. Ferramentas. Amicus curiae. Modulação temporal dos efeitos. Controle relativo a normas estaduais, distritais e municipais. Jurisdição constitucional. Teoria da nulidade e da anulabilidade. Decisões intermediárias ou intermédias. Estado de Coisas Inconstitucional. Decisões do Controle de Constitucionalidade. Técnicas decisórias. Sentenças intermédias e suas modalidades. Precedentes e origem. Estado de Coisas Inconstitucional: abrangência, origem e precedentes. Efeitos das sentenças intermédias e do reconhecimento do estado de coisas inconstitucional.
<b>DIREITO TRIBUTÁRIO</b>	Direito Tributário. Sistema tributário Nacional. A Relação Jurídico Tributária. Espécies tributárias. Limitações constitucionais ao poder de tributar (princípios e imunidades). Competência tributária. Repartição da receita Tributária. Espécies tributárias: Taxa, Contribuições de Melhoria e Empréstimo Compulsório, impostos em espécies e contribuições sociais. Legislação tributária: Fontes do direito tributário: fontes formais e fontes materiais. A vigência da legislação tributária. A aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária: conceito e natureza. Obrigação principal e acessória. Fato Gerador: conceito e desdobramentos. Fato Gerador da obrigação principal e da obrigação acessória. Sujeito Ativo da Obrigação Principal. Sujeito Passivo da Obrigação Principal. Solidariedade tributária. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Crédito tributário: Lançamento. Espécies de lançamento. Decadência e Prescrição. Crédito Tributário: conceito e desdobramentos. Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. A administração tributária: As atividades de arrecadação, fiscalização e tributação. A cobrança amigável. A Dívida Ativa. A cobrança judicial. As certidões negativas. Direito Financeiro. Atividade Financeira do Estado (Fins e Forma) – Fenômenos econômicos e financeiros. Despesas Públicas. Receitas Públicas. Orçamento. Crédito Público. O Direito Financeiro Positivo Brasileiro. Constituição Federal e Legislação pertinente (Lei de Diretrizes Orçamentária, Lei de Orçamentos, Lei de Responsabilidade Fiscal) Controle e Fiscalização.
<b>PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO</b>	Ciclo Orçamentário. Instrumentos de Planejamento Orçamentário: PPA, LDO e LOA. Processo Legislativo Orçamentário.

**DIREITO  
CONSTITUCIONAL AMBIENTAL**

Evolução da legislação ambiental: diagnósticos e perspectivas. Instrumentos de proteção ambiental. Da proteção ao meio ambiente enquanto interesse transindividual. Papel do Estado na proteção dos bens ambientais nas esferas cível, administrativa e penal. Meio ambiente e Política de Desenvolvimento Urbano. Jurisprudência na área ambiental. Análise do direito ao meio ambiente como direito humano: teorias e fundamentos. Interpretação jurídico-constitucional do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e sua relação com outros direitos constitucionais. Regime jurídico-constitucional da proteção ao meio ambiente. Deveres do poder público e da coletividade na proteção constitucional. Princípios constitucionais na área ambiental e proteção do meio ambiente.

**PROCESSO LEGISLATIVO**

MÓDULO 1 – Teoria do Processo Legislativo: 1. Processo Legislativo. 1.1. Regulação do Processo Legislativo. 1.2. Controle judicial do devido processo legislativo. 1.3. Ação legislativa inconstitucional. 1.4. Concepções sobre o Processo Legislativo. 1.5. Tipos de processos legislativo. 1.6. Procedimento legislativo. 1.7. Processos legislativos no âmbito do Legislativo da União. 2. Extensibilidade das prescrições constitucionais federais sobre o processo legislativo ordinário. MÓDULO 2 – Processo Legislativo Reformador: 1. Limitações ao poder reformador. 1.1. Notas Iniciais. 1.2. Limitações circunstanciais. 1.3. Limitações processuais ou formais. 1.3.1. Nota introdutória. 1.3.2. Princípio da Irrepetibilidade. 1.3.3. A questão da índole constitucional ou regimental do interstício entre turnos. 1.4. Limitações materiais expressas. 1.4.1. Forma Federativa de Estado (art. 60, § 4º, I). 1.4.2. Voto direto, secreto, universal e periódico (art. 60, § 4º, II). 1.4.3. Separação dos Poderes (art. 60, § 4º, III). 1.4.4. Direitos e Garantias individuais (art. 60, § 4º, IV). 1.5. Limitações materiais implícitas. 2. Resumo do processo reformador. 3. A questão da dupla revisão. 4. Ação Reformadora x decisões do STF. 5. Limitações temporais. 6. Poder Constituinte Revisional. 7. Controle de constitucionalidade no processo reformador. 7.1. Controle de constitucionalidade de proposta de emenda à Constituição pela via concentrada abstrata. 7.2. Controle de constitucionalidade abstrato concentrado de Emenda Constitucional. 7.3. Controle judicial preventivo de constitucionalidade de proposta de emenda à Constituição. 7.4. Controle judicial de constitucionalidade do processo reformador. MÓDULO 3 – Processo Legislativo Ordinário: 1. Fase inicial do processo legislativo ordinário. 2. Casa Iniciadora. 3. Casa Revisora. 4. Atuação das Comissões Técnicas. 5. Processo legislativo abreviado. 6. Casa Revisora. 7. Emendas parlamentares. 8. Princípio da Irrepetibilidade. 9. Processo Legislativo Sumário (sob urgência constitucional). 10. Fase Executiva do Processo Legislativo. 10.1. Sanção. 10.2. Veto. 10.2.1. Controle de constitucionalidade político preventivo. 10.2.2. Prazo e elementos formais. 10.2.3. Extensão do veto. 10.2.4. Apreciação do veto. 10.2.5. Pendência da decisão sobre o veto e sobrestamento. 10.2.6. Questões jurisprudenciais finais sobre o veto. MÓDULO 4 – Medida Provisória e Processo Legislativo de Conversão: 1. Conceito e perfil tipológico. 2. Pressupostos de edição. 3. Prazo de validade. 4. Aptidão material da medida provisória. 5. Primeiro efeito da edição de medida provisória: a inovação normativa. 6. Segundo efeito da edição de medida provisória: o processo legislativo de conversão. 6.1. Fase inicial. 6.2. Fase de Comissão. 6.3. Fase de Plenários. 7. Controle de constitucionalidade de medida provisória e da lei de conversão. 8. MP no âmbito federativo. 9. Revogação de medida provisória. 10. Prorrogação de medida provisória. 11. Irrepetibilidade em medida provisória. 12. Não edição do decreto legislativo regulamentar.

**TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS  
E COLETIVOS**

Definição de Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Sistemática de aplicação dos direitos de tutela coletiva e de tutela individual homogênea. Aspectos constitucionais a respeito dos direitos coletivos e individuais homogêneos. Estudo no direito comparado sobre a estrutura dos direitos coletivos. As últimas reformas do CPC em relação ao processo individual e coletivo. O modelo do Direito Processual Coletivo brasileiro. A aplicabilidade limitada e condicionada do CPC no plano dos processos coletivos. A coisa julgada no processo civil brasileiro e sua incidência sobre o processo coletivo. Aspectos da segurança jurídica e da coisa julgada nos processos coletivos e de direitos individuais homogêneos. Aplicação do Código de defesa do Consumidor aos Direitos Difusos, coletivos e individuais homogêneos. Execução coletiva. Delimitação conceitual. A falta de corpo legislativo próprio e a insuficiência do CPC para reger a execução coletiva. Execução coletiva no Código de processo Civil Brasileiro. Execução coletiva em relação aos direitos difusos. Execução coletiva em relação aos direitos coletivos em sentido estrito. Execução coletiva em relação aos direitos individuais homogêneos.

**TUTELA CONSTITUCIONAL DA  
EDUCAÇÃO E DAS FAMÍLIAS**

Tratamento constitucional da Educação. Autonomia universitária. Preceitos e princípios. Repartição de competências constitucionais sobre o tema. Direito das Famílias. Conceito. Família monoparental. Multiparentalidade. Uniões homoafetivas e heteroafetivas. Casamento. União estável. Criança e Adolescente e Jovem. Idoso. Aspectos legais e constitucionais.

**DEFESA DO ESTADO E DAS  
INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS**

Sistema Constitucional de Crimes. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Procedimentos e limitações possíveis. Controle parlamentar e judicial. Forças Armadas. Tratamento constitucional. Perda de patentes. Habeas corpus e punições disciplinares militares. Papel das Forças Armadas no Estado Democrático de Direito. Segurança Pública. Rol de órgãos da segurança pública. Atribuições constitucionais.



# FAQ DO CURSO

## O curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## O curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

## Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

## O curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

## É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

## O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

*Download* de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

*App* compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

*Player* de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



# INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

[gran.com.br](http://gran.com.br)

